

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA-
IFCE CAMPUS QUIXADÁ
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO _ PROEXT
VIGÊNCIA 2018 - 2019**

1. Título do projeto

FORMAÇÃO DOCENTE E EDUCAÇÃO PARA SURDOS:
DESVENDANDO DESAFIOS E POSSIBILIDADES

2. Proponentes

Coordenador: Alysso Saraiva de Oliveira

Participantes: Claudeth da Silva Lemos

Daniele Cariolano da Silva

3. Área de Conhecimento

Ciências humanas; Educação; formação docente

4. Resumo

O projeto objetiva analisar os desafios e as possibilidades presentes na relação entre formação docente inicial e educação para surdos. Parte-se da problemática evidenciada na prática pedagógica do professor na escola ao se deparar com situações e demandas de ensino e aprendizagem para alunos surdos em contextos de lutas sociais, educacionais e conquistas legais (LEI Nº 10.436/2002, DECRETO Nº 5.626/2005 e LEI Nº 13.146/2015).

Diante dos objetivos propostos do estudo, recorre-se a uma abordagem qualitativa de pesquisa exploratória de estudo de caso, tendo como procedimentos de coleta de dados a análise documental e bibliográfica, além da realização de entrevistas semi-estruturadas com professores que lecionam a disciplina de Geografia na Rede Pública de Ensino de Quixadá. O projeto em evidência possibilitará a partir de seu processo de elaboração, desenvolvimento e avaliação, a necessária articulação entre teoria e prática, ensino e pesquisa, texto e contexto, conhecimento tácito e conhecimento explícito. Assim, propiciará o repensar e a proposição de novas ações em torno da formação inicial e da prática de ensino nas escolas, visando o exercício crítico e reflexivo da profissão docente diante de questões de gênero, etnias, diversidade, inclusão social e escolar, educação especial, bi(multi)linguismo, interculturalidade e especificamente neste caso, ante à

educação bilíngue para surdos. Esta compreendida como reconhecimento político da surdez como diferença (SKLIAR, 1999), como luta, sobrevivência, resistência e contra-dominação aos discursos e práticas clínicas hegemônicas.

Palavras – chave: Formação docente. Educação bilíngue. Prática pedagógica

5. Introdução / Justificativa

Ainda se evidencia nas instituições de formação de professores a primazia pela produção científica predominantemente positiva e objetiva, bem como a dicotomia entre a racionalidade teórica e a racionalidade prática, a racionalidade instrumental e a racionalidade pedagógica, numa errônea tentativa de suprir demandas do avanço científico, tecnológico e dos arranjos produtivos em ascensão na sociedade contemporânea. Tais processos formativos se fazem densamente presente nos currículos, programas, práticas e processos de ensino-aprendizagem.

Indo na contramão das políticas e modelos de formação docente emergentes, o exercício cotidiano da docência requer do professor a ressignificação de seus saberes, de intervenções profissionais, disciplinares, políticas e éticas na gestão de sentidos e significados da matéria, dos espaços e tempos de ensino e socialização cultural e humana. Considerando a prática em sala de aula como momento de reflexão, encontro e ação, pode-se constatar a necessidade de um arcabouço de saberes (TARDIF, 2010), atitudes de flexibilidade, tomada de consciência, reflexividade individual e coletiva, pesquisa e criticidade frente à imprevisibilidade, dinamicidade, interculturalidade e unicidade de cada situação de ensino na escola. Exige-se uma prática docente problematizadora, dialógica, o emergir das consciências e a inserção crítica dos sujeitos na realidade, o que implica entre professor e aluno uma relação intersubjetiva, intercomunicativa e emancipatória.

É nessa relação de desencontros entre formação docente inicial e prática pedagógica na escola que se evidencia os desafios e as possibilidades no panorama específico do ensino de surdos, da premissa de letramento visual de alunos surdos em seu processo de compreensão crítica da realidade em que estão inseridos, da significação dada ao conhecimento acumulado socialmente e trabalhado no ambiente escolar. Isto levando em considerando que a Libras como meio legal de comunicação e expressão (Lei nº 10.436/02, Art.1º) é a língua natural deste público, que a cultura surda deve ser base de fomento para a delimitação de espaços, artefatos, práticas e metodologias por uma Didática da invenção surda (TAVEIRO, 2014) e por uma educação escolar bilíngue, ainda em meio aos avanços, retrocessos e contradições sociais, políticas, educacionais e legais (LEI Nº 10.436/2002, DECRETO Nº 5.626/2005 e LEI Nº 13.146/2015).

Ante o cenário acima, justifica-se a relevância do projeto para o processo formativo dos envolvidos, à produção de estudos e pesquisas de cunho científico, acadêmico e institucional, além da abertura de novas discussões, caminhos e ações a partir da realidade constatada.

6. Objetivos

OBJETIVO GERAL:

Compreender a formação docente inicial para o contexto da educação para surdos a partir dos desafios e das possibilidades vivenciadas na prática pedagógica cotidiana.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Analisar a formação docente inicial no panorama das atuais demandas de ensino-aprendizagem;
- Discutir a educação para surdos em seus aspectos conceituais, legais, sócio-históricos e didático-pedagógicos;
- Identificar os principais desafios e possibilidades vivenciadas pelos professores em sua prática pedagógica com alunos surdos;
- Refletir sobre a pertinência de uma formação docente dialógica, crítica e emancipatória para o processo de ensino-aprendizagem de surdos.

7. Referencial teórico

A universidade como instituição social e acadêmica tem importante papel na formação pessoal e profissional dos que ali ingressam nos cursos ofertados. Por meio de projetos institucionais que articulem os eixos ensino, pesquisa e extensão, ela deve desempenhar as funções de transmissão dos conhecimentos historicamente elaborados, de produção e disseminação de novos saberes baseados em ações investigativas, de estímulo à curiosidade, à ousadia e à iniciativa nas esferas educacional, social, política, econômica e cultural. Entretanto, esta formação cultural ainda se fundamenta em parte numa racionalidade objetiva, cognitivo-instrumental, normativa, limitando-se à reflexividade subjetiva, individual e monológica. No âmbito da formação docente, estes referenciais científicos e profissionais que os futuros professores dispõem se refletem em sua prática pedagógica em sala de aula, sendo realizada em consequência sob uma perspectiva conteudística e técnica.

Concebendo que a importância política da educação reside na sua função de socialização do conhecimento (Saviani, 2001) e que não há docência sem discência (FREIRE, 1996), exige-se ao professor, diferentes saberes necessários à indissociabilidade entre ensino e aprendizagem, uma vez que o docente enquanto educa, é educado em diálogo com os alunos e estes ao serem educados, também educam mediados pelos objetos cognoscíveis que constituem fonte de reflexão, investigação e problematização.

Em meio aos avanços, permanências e retrocessos entremeados ao contexto acima, dos processos educacionais, de formação, prática e profissionalização docente, emergem as legislações e normativas numa suposta tentativa de garantir direitos e deveres, expressando muitas vezes em sua materialidade temporal e espacial, o distanciamento entre o legal/ideal e o real, o pensado e vivido.

Nesse ínterim, a Lei nº 10.436/02, Art.1º, reconhece a Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão, devendo ser compreendida e incorporada “[...] como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Decreto nº 5.626/05, Art.3º)”.

Para tanto, com o objetivo a princípio de viabilizar a educação bilíngue (Libras - Língua Portuguesa como segunda língua) na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, serão criados cursos de formação de professores surdos e ouvintes para atuarem nestes níveis, além de licenciaturas em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa, como segunda língua para surdos e de cursos de formação em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Assim, conforme Art. 14 do Decreto nº 5.626/05, buscando garantir o atendimento educacional especializado às pessoas surdas, as instituições federais de ensino deverão: I - promover cursos de formação de professores; II - ofertar obrigatoriamente desde a educação infantil, o ensino de Libras e também da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos; III - prover às escolas com professor de Libras ou instrutor de Libras, tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas e professor regente de classe com conhecimento sobre a singularidade linguística deste público a ser atendido. Além disso, devem viabilizar salas de recursos, apoio ao uso e difusão da Libras, mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado da Língua Portuguesa como segunda língua, mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, disponibilidade de equipamentos e acesso às novas tecnologias de informação, comunicação e de recursos didáticos.

Persistem certos questionamentos ao que está legalmente delineado e refletido nos diversos discursos e práticas sociais, dentre elas as ações educacionais e mais restritamente às práticas de ensino e aprendizagem, uma vez que conduz a determinadas perspectivas limitadas e isoladas de inclusão escolar e que não atendem às emergentes necessidades de educação bilíngue para surdos. Conforme Quadros e Campello (2010, p.39), a referida educação se tornará possível na escola pública a partir do respeito e da valorização de ambas “[...] as línguas das comunidades implicadas nesse espaço. Para isso, o português precisa sair da posição que ocupa nos modelos atuais dos currículos, ou seja, na primeira posição do pódio. Não há mais pódio; há diferentes espaços em que as línguas ocupam diferentes papéis e há, também, o contato entre essas línguas”. Assim, não se trata do domínio restrito, técnico, obsoleto, mecânico e despolitizado de duas línguas.

Como ponto de partida para as práticas pedagógicas críticas e reflexivas nos espaços escolares, o reconhecimento e a compreensão da cultura surda caracterizada por seus marcadores e artefatos culturais, pela Língua de Sinais, pela história, luta e líderes surdos, pela experiência visual.

pelas relações familiares e políticas estabelecidas, pelos materiais/objetos produzidos e pela arte oriunda da comunidade surda (teatro, poesia, literatura). Diz respeito ao modo de viver, ser, pensar, expressar, compreender e agir no mundo, produzindo sua própria existência e socialização humana, pois a cultura surda reflete uma estratégia de sobrevivência, ela “[...] existe enquanto estratégia de contra dominação. As estratégias contêm posições de diferença, de identidade, de cultura, de política que se negocia em diferentes tempos. Diferenças que unem enquanto posições de luta pela identificação cultural (PERLIN, 2006, p.73)”. Consta-se não somente uma questão de letramento, ensino, aquisição linguística a partir de técnicas e metodologias, de uma suposta inclusão escolar, mas se refere a uma questão de vida, com suas representações, experiências, artefatos, marcadores, organizações, invenções, múltiplas expressões e formas de viver a condição de ser surdo.

8. Metodologia

Para fundamentar teórica e metodologicamente o desenvolvimento da pesquisa e atingir satisfatoriamente os objetivos delineados, adota-se o paradigma dialético em que a relação sujeito/objeto é compreendida como interação social, sendo constituída ao longo da historicidade. O conhecimento científico produzido, imbuído de intencionalidade, saber e poder emerge não somente para o entendimento do próprio mundo, mas para promover transformações nas condições de existência e sociabilidade humana.

O estudo se pauta em uma perspectiva qualitativa de pesquisa, em que o ambiente natural é tido como principal fonte de dados, sendo necessário ao pesquisador o seu contato direto e prolongado com o meio e a situação investigada; dá-se ênfase ao processo investigativo (ao tempo, espaço, sujeitos e relações que compõem a complexidade do cotidiano) em comparação ao produto da pesquisa; retratam-se as representações dos sujeitos; e, predominam-se dados diversos e descritivos (BOGDAN e BIKLEN, 2006). Incidida nesta abordagem qualitativa, será realizado estudo de caso, objetivando promover uma análise profunda de uma “unidade singular”, sem separá-lo do seu contexto, enfatizando a interpretação e abrindo espaço para as diversas opiniões, representações, concepções, divergentes ou não. Possibilitando compreender o fenômeno social contemporâneo em sua complexidade e profundidade, descrevendo e analisando suas principais características em situação real, tal investigação de caso (YIN, 2010), funda-se em uma pesquisa de compreensão de um fenômeno em suas condições contextuais, de cunho exploratório, descritivo ou explanatório.

Visando garantir os objetivos, princípios e enfoques do projeto em sua relação ensino-pesquisa, serão adotados os seguintes critérios de definição dos sujeitos participantes: I – ser professor lecionando a disciplina de geografia nos anos finais do ensino fundamental e/ou no ensino médio na Rede Pública de Ensino de Quixadá; II – que nas turmas nas quais leciona, tem a presença de alunos surdos; III - livre adesão dos docentes para participar do estudo. Estes critérios

decorreram do interesse dos pesquisadores em desenvolver direta ou indiretamente, estudos na área de conhecimento da Geografia, da necessidade de se vincular o projeto ao curso de Geografia do IFCE – Campus Quixadá e à disciplina de Libras, além dos alunos participantes (3 voluntários e 1 bolsista) serem discentes do referido curso.

Como procedimento de coleta de dados se realizará a análise de documentos (impressos e digitais), de fontes primárias e secundárias, seja complementando as informações apreendidas por outras técnicas e recursos, seja desvelando elementos e aspectos novos de um tema ou problema (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Também serão desenvolvidas entrevistas semiestruturadas e reflexivas, com suporte em temáticas a serem abordadas de modo bastante flexível, respeitando sobremaneira o ritmo do entrevistado, permitindo ao entrevistador fazer as necessárias adaptações, correções e possíveis esclarecimentos, bem como a consideração durante a comunicação, da diversidade de significados e a horizontalidade entre os envolvidos (SZYMANKI, 2002). Posterior à apreensão e descrição dos dados, sua análise consistirá na organização, classificação e teorização das informações classificadas dentro de categorias e subcategorias, tendo como referências teórico-metodológicas, os estudos de Saviani (2001, 2007), Quadros (2004, 2010), Sacks (2010), Taveiro (2014), Thoma e Lopes (2004, 2006), Strobel (2008, 2009), Tardif (2010), Ludke e André (1986), Yin (2010), dentre outros.

9. Etapas / Atividades

- Reuniões periódicas administrativas e de estudo de categorias (temáticas: educação, escola, formação docente, educação bilíngue de surdos, Didática, Libras, Cultura surda, Geografia cotidiana, prática pedagógica, metodologia de pesquisa, Currículo, ensino de Geografia, dentre outras), devendo ocorrer ao longo do desenvolvimento do projeto;
- Levantamento documental e bibliográfico (fontes primárias e secundárias);
- Análise/revisão documental e bibliográfica;
- Estudo e elaboração de instrumentais metodológicos de apreensão de dados: roteiros, fichas de observação, dentre outros.
- Coleta de dados empíricos: trabalho de campo (estudo de caso), visitas e entrevistas semi-estruturadas;
- Análise das informações/dados: categorização, teorização e interpretação.
- Apresentação à comunidade acadêmica, institucional e local dos resultados do projeto em questão a partir de:
 - ✓ Elaboração de relatórios parcial (semestral) e final;
 - ✓ Participação em eventos /encontros locais (semana da geografia, por exemplo), regionais e/ou nacionais.
 - ✓ Publicações em anais de eventos/encontros e/ou periódicos acadêmicos/científicos.

10. Cronograma de trabalho

PERÍODO	MARÇO/2018 – FEVEREIRO/2019											
	Abril 2018	Mai 2018	Junho 2018	Julho 2018	Agosto 2018	Setembro 2018	Outubro 2018	Novembro 2018	Dezembro 2018	Janeiro 2019	Fevereiro 2019	Março 2019
1. Reuniões administrativas e de estudos de categorias teóricas ✓	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
2. Levantamento bibliográfico e documental. ✓	x	x	x									
3. Análise/ revisão documental e Bibliográfica.	x	x	x	x	x	x						
4. Participação em eventos/encontros locais, regionais e/ou nacionais.				x	x	x	x	x	x	x	x	x
5. Elaboração de instrumentais metodológicos (fichas, roteiros)			x	x								
6. Coleta de dados empíricos /Trabalho de campo, visitas e entrevistas.				x	x	x	x	x				
7. Organização de dados e transcrições de entrevistas.						x	x	x				
8. Análise (categorização e teorização) e discussão dos dados.							x	x	x	x		
9. Elaboração do relatório final										x	x	x
10. Apresentação dos resultados (eventos/periódicos)										x	x	x
11. Avaliação de todo processo de desenvolvimento do projeto e proposição de ações.												x

11. Bibliografia

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 22/02/2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua

Wanete
Colo *Jo*

Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm. Acesso em: 09/02/2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 06/02/2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20/02/2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. **Políticas Docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011.

GESSER, Audrei. **Libras?: que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GOLDFELD, Márcia. **A Criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva socio-interacionista**. São Paulo: Plexus Editora, 2001.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

PERLIN, Gladis. Surdos: cultura e pedagogia. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (Orgs.). **Invenção da Surdez II: espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

PIMENTA, Selma Garrido. (Org.). **Didática e formação de professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal**. São Paulo: Cortez, 1997.

QUADROS, Ronice Müller; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

QUADROS, Ronice Müller; CAMPELLO, A. R. e S. A constituição política, social e cultural da língua brasileira de sinais Libras. In: VIEIRA-MACHADO, L. M. da C.; LOPES, M. C. (Orgs.). **Educação de surdos: políticas, língua de sinais, comunidade e cultura surda**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010, p. 15-47.

SACKS, Oliver Wolf. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia de Letras, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2007.

_____. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação**

política. São Paulo: Autores Associados, 2001.

THOMA, Adriana da Silva; LOPES; Maura Corcini (Orgs). **A invenção da surdez: Cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação.** EDUNISC, 2004.

SKLIAR, C. (Org.). **Atualidade da educação bilíngue para surdos.** Vol. 1. Porto Alegre: Mediação, 1999.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** Florianópolis: UFSC, 2008.

STROBEL, Karin. **História da Educação de Surdos.** Florianópolis. UFSC. 2009.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis – RJ: Vozes, 2010.

TAVEIRO, Cristiane Correia. **Por uma didática da invenção surda: prática pedagógica nas escolas-piloto de educação bilíngue no município do Rio de Janeiro.** Tese de Doutorado, 2014.

Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/pct/premios/224083.pdf>. Acesso em: 16/02/2018.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa.** São Paulo, Cortez, 2009.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Tradução de Ana Thorell. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Local: Quixadá	Data: 25/02/2018

